

O CONCEITO DE INSTITUIÇÃO NAS MODERNAS ABORDAGENS INSTITUCIONALISTAS

*Octavio A. C. Conceição**

Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal
do Rio Grande do Sul

Av. João Pessoa, 52, 3º andar, CEP 90040-600, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil
e-mail: octavio@fee.tche.br

RESUMO A multiplicidade de elementos que se abrigam sob a designação de instituição exige precisão teórica sobre o que se quer referir com tal termo. A necessidade de inserir o conceito de instituição em seu respectivo contexto teórico explicita a importância das abordagens institucionalistas, que, mesmo tendo seu eixo analítico no referido conceito, abrigam diferentes enfoques, às vezes inconciliáveis. Tais diferenças teóricas, conceituais e analíticas não inviabilizam o vigor do pensamento institucionalista, mas, pelo contrário, o fortalecem, dado que é a diversidade que o torna conceitualmente rico. O presente artigo discute alguns pontos do pensamento de Veblen, o corpo de conhecimento neo-institucionalista e a contribuição da Nova Economia Institucional de Coase e Williamson. Analisa também a importância da Escola Francesa da Regulação e dos neo-schumpeterianos ou evolucionários para o pensamento institucionalista.

Palavras-chave: economia institucional; institucionalismo; custos de transação

THE CONCEPT OF INSTITUTION IN MODERN INSTITUTIONALIST APPROACHES

ABSTRACT This paper seeks to show that a clearly defined though not always convergent theoretical core is shared by the various institutionalist approaches. What distinguishes them is the definition of institution itself, which may denote not only behavioral norms but also institutional forms, organization patterns or even prop-

* Este estudo contou com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERS).

A reiterada crítica ao pensamento neoclássico persiste pelo fato de o mesmo ter por pressuposto uma falsa concepção da natureza humana. O indivíduo é equivocadamente visto em termos hedonísticos, sendo um ente socialmente passivo, inerte e imutável (Veblen, 1919, p. 73). Tal hipótese, veementemente rejeitada por Veblen, estabelece como alternativa a tentativa de construir uma “teoria econômica evolucionária”, em que instintos, hábitos e instituições exerçam, na evolução econômica, papel análogo aos genes na biologia (Veblen, 1899, *apud* Hodgson, 1993, p. 17). Isto significa que linhas de ação habituais definem pontos de vista através dos quais os fatos e os eventos são percebidos. Como são as instituições sociais, a cultura e as rotinas que dão origem a certas formas de seleção e compreensão dos dados, estabelece-se a partir daí importante vínculo entre o pensamento evolucionário e as concepções de Veblen sobre o papel das instituições.²

O clássico artigo de Veblen “Why is economics not an evolutionary science?”, escrito em 1898, apesar de sugerir no título o caráter não-evolucionário da economia, revela muita proximidade com o referido pensamento. Já em 1919, Veblen salientava que a história da vida econômica dos indivíduos constituía-se em um “processo cumulativo de adaptação dos meios aos fins, que, cumulativamente, modificava-se, enquanto o processo avançava”. Isto implica reconhecer que Veblen adotou uma posição pós-darwiniana, enfatizando o caráter de “processo de causação” tão comum na concepção evolucionária. Veblen escreveu, em 1899, que “a vida do homem em sociedade, assim como a vida de outras espécies, é uma luta pela existência e, conseqüentemente, é um processo de seleção adaptativa. A evolução da estrutura social tem sido um processo de seleção natural de instituições” (Veblen, 1899, *apud* Hodgson, 1993, p. 17). Esse processo de seleção ou coerção institucional não implica que elas sejam imutáveis ou rígidas. Pelo contrário, as instituições mudam e, mesmo através de mudanças graduais, podem pressionar o sistema, por meio de explosões, conflitos e crises, levando a mudanças de atitudes e ações. Em qualquer sistema social há uma permanente tensão entre ruptura e regularidade, exigindo constante reavaliação de comportamentos rotinizados e decisões voláteis de outros agentes. Mesmo podendo persistir por longos períodos, as instituições estão igualmente sujeitas a súbitas rupturas e conseqüentes mudanças nas maneiras de pensar e nas ações, que são cumulativamente reforçadas.